

O Futuro é Renovável

Declaração para a

Conferência sobre Energias Renováveis 2004, Bonn

Cidadãos Unidos para Energia Renovável e Sustentabilidade
(em inglês, Citizens United for Renewable Energy and Sustainability)
(CURES)¹

Esta Declaração das ONGs representa o início de um processo internacional de preparação rumo à »Conferência sobre Energias Renováveis 2004« que será realizada em Bonn, Alemanha, em Junho de 2004. Esta conferência se constitui numa oportunidade única devido à diversificada participação esperada. As ONGs abaixo-assinadas apelam os governos e demais instâncias para superar o atual contexto de insustentabilidade dos sistemas energéticos baseados nos combustíveis fósseis, e adotar vigorosos e decisivos passos na direção das energias renováveis e da eficiência energética.

A Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WSSD em inglês) não foi bem-sucedida em permitir que o mundo alcance os objetivos de erradicação da pobreza, ampliação da igualdade entre os sexos, abastecendo todas as pessoas em serviços energéticos limpos e de custo acessível, ou evitando os riscos das mudanças climáticas. Este fracasso significou um tremendo desapontamento para bilhões de pessoas. A Conferência de Bonn oferece uma segunda chance para promover o acesso a serviços energéticos para estas pessoas, e para iniciar no mundo a consolidação do caminho para evitar a mudança climática catastrófica. Esta chance não pode ser desperdiçada.

A Declaração faz um apelo aos países dispostos a comandar este caminho. Os países participantes da Coalizão de Joanesburgo para Energias Renováveis (em inglês JREC) devem levar adiante seus objetivos nacionais durante a Conferência de Bonn, demonstrando sua liderança e cumprindo a promessa assumida no final da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WSSD). A Conferência de Bonn deve enviar um claro e urgente sinal de que um grande número de países estão seriamente comprometidos em cumprir as Metas de Desenvolvimento do Milênio (em inglês MDG) de erradicação da pobreza e redução dos riscos das mudanças climáticas através das energias limpas e de custo acessível. A declaração define »novas energias renováveis« em oposição às grandes hidrelétricas e muitas formas de biomassa tradicional insustentável.

Na medida do possível, muitos países devem concordar com os novos e ambiciosos compromissos indicados nesta Declaração e não devem ser levados a retroceder pelos países que não querem participar. A Declaração relaciona vários elementos necessários para estes compromissos, entre os quais a extinção dos subsídios para os combustíveis fósseis e energia nuclear, novas políticas e medidas de apoio às energia renováveis,

¹ CURES é uma aliança de organizações governamentais que se associaram para elaborar a Conferência sobre Energias Renováveis 2004 em Bonn. As organizações apoiam esta Declaração e incluem...

maior apoio às opções energéticas para as comunidades isoladas distantes da rede. A declaração salienta o preconceito de gênero presente nas fontes tradicionais de energia nos países em desenvolvimento, e salienta o potencial das energias renováveis para o fortalecimento econômico. As ONGs também solicitam a criação de um sistema de informação e controle, assim como um processo sólido de acompanhamento.

A Declaração das ONGs enfatiza que a Conferência de Bonn não deve conduzir para que os novos compromissos sejam assumidos apenas pelos governos mas por todos os interessados. Nós precisamos que os novos compromissos sejam assumidos por todos os participantes. Isso inclui as instituições financeiras internacionais cuja aplicação de recursos para os combustíveis fósseis, nuclear e grandes hidrelétricas deve ser extinta e substituída pelas energias renováveis e eficiência energética, mas também pelos atores não-governamentais cujas ações são fundamentais para realizar a transformação para a sustentabilidade.

Nossa meta é um mundo onde não haja mais pobreza, onde a igualdade entre os sexos seja lei, onde todas as pessoas tenham acesso a serviços de energia limpa e de custo acessível e onde uma mudança climática catastrófica possa ser evitada.

A Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WSSD) não foi expressivamente bem-sucedida no alcance desses objetivos.

O fracasso principal da WSSD deve-se ao fato de certos governos terem impedido a comunidade global de firmarem compromissos para aumentar a cota de energias novas renováveis em todo o mundo e para fornecer serviços de energia limpa e de custo acessível a uma população que, hoje, chega a quase dois bilhões de pessoas que não dispõem de acesso algum à energia. Consideramos que o acesso a serviços básicos de energia seja um direito humano fundamental para os pobres que habitam áreas urbanas e zonas rurais.

Visando a colocação do mundo num caminho que evolua na direção de uma energia mais sustentável, recebemos com agrado a iniciativa do governo alemão em recepcionar uma importante conferência sobre Energias Renováveis em junho de 2004, assim como a Declaração da Coalizão de Joanesburgo para Energias Renováveis (em inglês, Declaration of the Johannesburg Renewable Energy Coalition - JREC).

Precisamos tomar medidas claras e decisivas para:

- Transformar o sistema global de energia, atualmente dependente de combustíveis fósseis, grandes hidroelétricas e usinas nucleares, para um sistema que seja calcado em energias novas renováveis e o uso eficiente de energia. O Protocolo de Kyoto é o primeiro passo para esta transformação e a Rússia precisa ratificá-lo imediatamente.
- Criar uma imagem clara e bem definida do que vem a ser serviços de energia limpa a um custo acessível, além de um programa para a distribuição adequada desses serviços para dois bilhões de pessoas que carecem dos mesmos, de forma que possa se transformar em um elemento-chave para o alcance das Metas de

Desenvolvimento do Milênio (em inglês, Millennium Development Goals - MDG). Exigimos serviços gratuitos de energia para suprir necessidades básicas, identificando estratégias de acordo com as condições de vida em países diferentes.

Como parte de uma estrutura mais ampla para a criação de um futuro baseado em energia sustentável que alcance ambas as metas mencionadas acima, as novas energias renováveis desempenham um papel particularmente importante – políticas ambiciosas para o uso eficiente de energia e tecnologias também fazem parte da mesma equação. Da mesma maneira que as as novas energias renováveis, as políticas para o uso eficiente da energia e a mudança de padrões de consumo de energia não sustentável, criarão novos produtos e mercados sustentáveis, gerarão mais empregos, distribuirão benefícios substanciais na área de saúde e reduzirão na generalidade as contas de energia.

As novas “fontes de renováveis” incluem a biomassa moderna, a definição elaborada pela Comissão Mundial de Barragens (em inglês, World Commission on Dams - WCD), com respeito às pequenas centrais hidrelétricas (até 10 MW, tanto mecânicas quanto elétricas), a geotérmica, a energia dos ventos (eólica), todas as energias solares (térmica e fotovoltaica), a marémotriz, a energia das ondas e outras energias marítimas. A biomassa moderna inclui a utilização aperfeiçoada da biomassa tradicional, como fogões de cozinha eficientes que não exalam fumaça, assim como geração de eletricidade, produção de calor e combustíveis líquidos a partir de fontes sustentáveis sem emissões líquidas de carbono (“carbon neutral”) e com baixa quantidade de biomassa.

Eficiência energética refere-se a todas as medidas para o aumento dinâmico da eficiência e conservação de energia pelo lado da demanda/usos finais, entre os quais os aparelhos eletrodomésticos, força motriz, moradia e outros serviços incluindo transporte.

Energias Renováveis – Desafio-Chave para o século XXI

Os atuais cenários de energia para o século XXI não são sustentáveis. O cenário tendencial (“business as usual”) significa o desastre ambiental que afetará mais os pobres e perpetuará a grande lacuna existente entre pobres e ricos dentro dos países e entre os países.

O acesso a serviços de energia limpa e de custo acessível é fundamental para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza (dentro da situação de pobreza existe um preconceito entre mulheres e homens) para poder oferecer maiores benefícios nas áreas da saúde, alfabetização, criação de empregos, geração de renda, fortalecimento econômico e igualdade social. Muitas comunidades mais carentes nas áreas rurais têm pouco ou nenhum acesso à energia limpa.

Se quisermos restringir os perigosos impactos da mudança climática, é fundamental que a temperatura média global não chegue a 2 graus C acima dos níveis pré-industriais e que essa temperatura seja reduzida o mais rápido possível depois disso. Para que alcancemos esta meta, é preciso que haja uma grande mudança em todo o mundo que favoreça a energia limpa e, paralelamente, reduções intensas e rápidas na emissão de gás carbônico.

É essencial que haja uma mudança rápida, principalmente por parte das nações industrializadas e das principais nações cuja industrialização está se desenvolvendo, no sentido de passarem a utilizar energia limpa e promoverem uma grande revolução no uso eficiente da energia a fim de que se possa impedir os impactos catastróficos da mudança climática.

Substituindo o paradigma atual

Atualmente, o mundo gasta mais de um trilhão de euros por ano em contas de energia e investe de 290 a 430 bilhões de euros anualmente em novas infra-estruturas de energia. O redirecionamento de uma fração desses recursos ajudaria a aumentar de forma vigorosa a participação das novas energias renováveis. As novas fontes renováveis de energia oferecem mais do que o potencial suficiente para atender às necessidades humanas de energia e encontram-se inerentemente descentralizadas; conseqüentemente, é improvável que essas fontes de energia estimulem guerras e conflitos, tão comuns em países ricos em petróleo.

No entanto, os atuais sistemas de energia discriminam profundamente as energias renováveis. Os combustíveis fósseis recebem dos contribuintes de 200 a 250 bilhões de euros em subsídios todos os anos, o que faz com que se tornem artificialmente competitivos. O cálculo de custos externos, como a mudança climática, significaria que as tecnologias de energia mais convencionais não seriam competitivas. Obstáculos administrativos e regulamentares geralmente excluem as novas energias renováveis dos mercados de energia. Contudo, mesmo nessas condições, a energia térmica solar, a energia eólica e a biomassa moderna estão se tornando competitivas em termos de custo em muitos lugares.

Novas Energias Renováveis – A melhor escolha

Com relação às duas metas descritas acima, ao combater a mudança climática e a erradicação da pobreza, as novas energias renováveis criam uma opção descentralizada que gera empregos e renda, fortalece as comunidades e reforça a autoconfiança.

Como instrumentos de incentivo ao desenvolvimento sustentável para os dois bilhões de pobres nas áreas rurais e urbanas do mundo em desenvolvimento, opções de energias renováveis não somente para a geração de eletricidade, e não integradas à rede (como fogões aperfeiçoados, microhidroelétricas para energia mecânica, aquecedores e secadoras movidos à energia solar, bombas movidas à energia eólica e purificadores solares) podem desempenhar papéis positivos na:

- promoção da igualdade dos sexos – as fontes tradicionais de energia, principalmente a biomassa tradicional, sobrecarregam as mulheres de maneira desproporcional. Em virtude do papel tradicional das mulheres na coleta e utilização de combustível, há um enorme custo de oportunidade em termos de tempo que poderia ser utilizado de maneira mais produtiva, assim como um imenso desperdício de energia humana;
- combate à poluição do ar dentro das casas – a poluição do ar está associada à utilização tradicional da biomassa em fogões e aquecimento ineficientes, o que é uma das principais causas de doenças e mortalidade em países em desenvolvimento, principalmente entre mulheres e crianças;
- autoconfiança econômica – a população pobre geralmente gasta de maneira desproporcional grande parte de sua renda em querosene, baterias e velas para atender suas necessidades de energia; as fontes de energia renovável, principalmente as opções não elétricas, podem reduzir imensamente o custo de fontes ‘importadas’;
- fortalecimento – o controle e administração, por parte da comunidade, dos recursos locais de energia podem conferir poder às comunidades, em vez de criar novas dependências por materiais/equipamentos e ‘combustível’ fornecidos ‘de fora’;
- segurança e benefícios para o ambiente local – as novas energias renováveis, como parte importante de um sistema de energia administrado e controlado localmente, podem também oferecer importantes benefícios em termos de proteção e gerenciamento do ambiente local.

As novas energias renováveis também têm um destacado papel no trato com a ameaça de mudança climática a nível global e na redução local e regional da poluição da água e do ar, além de substituírem os combustíveis fósseis e outras tecnologias ‘sujas’, que estão levando à mudança climática e poluindo o meio ambiente:

- As novas energias renováveis intensificam a segurança na utilização da energia em termos econômicos, criando muito mais empregos por unidade de energia produzida e criando indústrias completamente novas;
- As novas energias renováveis não estão sujeitas à insegurança econômica criada pela volatilidade dos preços das commodities, principalmente no que tange aos combustíveis fósseis no mercado global. Tanto para os países industrializados como para os países em desenvolvimento, as novas energias renováveis podem oferecer importantes benefícios em termos de estabilidade econômica;
- As novas energias renováveis são menos propensas às mesmas vulnerabilidades que os sistemas centralizados de energia, baseados em

combustível fóssil convencional ou em sistemas movidos à energia nuclear. Juntamente com a energia distribuída em redes locais e regionais, as energias renováveis aumentam a estabilidade na rede com menos probabilidades de ‘apagões’; não serão a causa de desastres ambientais, tais como derramamentos de óleo, explosões de barris ou acidentes nucleares; e são menos vulneráveis a atos de violência aleatórios;

- As novas fontes de renováveis estão disponíveis por todo o planeta e não causarão guerras por recursos nem exigirão equipamentos bélicos e de defesa para protegê-las.

A Declaração de Bonn – As nações que compartilham da mesma opinião devem dar o exemplo

A Declaração de Bonn deve enviar um claro e urgente sinal de que um grande número de países está seriamente comprometidos em cumprir as Metas de Desenvolvimento do Milênio com vista à erradicação da pobreza e redução dos riscos das mudanças climáticas por meio da energia limpa e de custo acessível.

Nesse sentido, a Declaração de Bonn deve promover especificamente:

- Avaliações independentes detalhadas e participativas sobre as necessidades e opções conduzidas com total acesso às informações a fim de determinar as ‘especificações técnicas’ para o desenvolvimento da energia sustentável. Tais especificações deverão então, ser utilizadas por todos os atores no planejamento do desenvolvimento, financiamento e implementação da energia sustentável.
- Um programa de ação que inclua maior apoio às opções não elétricas e não integradas à rede, incluindo:
 - Uma base institucional para o desenvolvimento tecnológico, difusão, construção de competência e capitalização contra um sistema centralizado de extensão de rede baseado em grandes hidroelétricas, usinas nucleares e combustíveis fósseis;
 - Criação de competência local em tecnologia, financiamento, fabricação, manutenção, etc. com ênfase no estímulo da autoconfiança e auto-suficiência;
 - Maior alocação de recursos identificado na próxima rodada de financiamento do Grupo África Caribe Pacífico (em inglês, Africa Caribbean Pacific – ACP) e nos gastos da Assistência para o Desenvolvimento no Exterior (em inglês, Overseas Development Assistance - ODA) no desenvolvimento do setor de energia;
- Novas e ambiciosas metas nacionais e regionais no sentido de aumentar a cota de novas energias renováveis.
- Novas políticas e medidas visando apoiar nossas metas com base nos exemplos de histórias bem-sucedidas dignas de crédito.

- Compromissos no sentido de equiparar os sexos em todas as políticas e medidas relativas à energia renovável.
- Mecanismos que facilitem uma transferência legítima de tecnologias e competências tanto de Norte para Sul quanto de Sul para Sul e fomentando, assim, a auto-suficiência e impedindo a dependência.
- Políticas novas e ambiciosas para aumentar o uso eficiente de energia.
- Uma estratégia minuciosa sobre recursos que inclua os seguintes elementos:
 - Fortalecimento de estratégias de micro-financiamento para as novas energias renováveis e o uso eficiente de energia, tais como recursos rotativos, onde quer que eles já existam e sua criação, onde eles ainda não existirem, com o propósito de desenvolver empreendimentos locais e melhorar as condições de vida.
 - Pesquisa, Desenvolvimento e Demonstração em países em desenvolvimento.
 - Instituições Financeiras Internacionais (em inglês, International Financial Institutions - IFIs), Agências de Exportação de Crédito (em inglês, Export Credit Agencies - ECAs) e governos engajados em projetos de carbono deveriam apenas comprar créditos e garantias para o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e Implementação Conjunta (em inglês, Clean Development Mechanism and Joint Implementation) que cumpram com a Norma de Ouro (em inglês, Gold Standard).

A fim de implementar a transformação global dos sistemas de energia, será fundamental explorar novas fontes de recursos. A possibilidade de se elevar custos, principalmente na utilização dos bens comuns globais, merece análise mais detalhada. No entanto, em relação aos recursos atuais, há uma série de medidas que as Instituições Financeiras Internacionais devem implementar.

Os governos federais devem orientar todas as IFI's no sentido de adotarem o seguinte:²

- Até 2008, os recursos para fontes de energia fóssil, nuclear e hidroelétrica que não estejam em conformidade com as recomendações da Comissão Mundial de Barragens (em inglês, World Commission on Dams – WCD) devem ser interrompidos gradativamente e substituídos pelas novas energias renováveis e o uso eficiente de energia. Os governos devem coordenar suas políticas nessas instituições com o intuito de garantir o eleitorado necessário para a promoção de tal mudança.
- Os investimentos em novas energias renováveis e o uso eficiente de energia podem ser identificados pelas IFI's como contribuições direcionadas a pagamento de dívidas.

² O Centro para Ciência e Ambiente (em inglês, *Center for Science and Environment*) não concorda em estabelecer condições prévias para a captação de recursos multilaterais.

Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (em inglês, Multilateral Development Banks – MDB)

- Os BMDs devem formar unidades especializadas para as novas energias renováveis e o uso eficiente de energia que serão operadas por banqueiros e engenheiros experientes na área de empréstimos para as novas energias renováveis e uso eficiente de energia. Ênfase especial deve ser dada a tecnologias de baixo custo com possibilidades de produção e manutenção locais, energia rural e fontes que não façam parte de redes.
- Qualquer envolvimento por parte de um BMD em reformas e reestruturações no setor de energia deve encorajar a implementação das novas energias renováveis e do uso eficiente de energia.

Agências de Exportação de Crédito (em inglês, Export Credit Agencies-ECAs)

- Até 2008, as ECA's precisam ir interrompendo paulatinamente seu apoio à energia derivada de fósseis, à energia nuclear e à energia hidroelétrica que não estiverem em conformidade com as recomendações da WCD e substituindo esse apoio aos novos renováveis e à utilização eficiente de energia. Para alcançar esta meta, elas devem começar mudando seus portfólios de energia para 20% direcionados à utilização eficiente de energia e aos novos renováveis já no próximo ano. As ECA's precisam também se tornar mais transparentes a fim de poderem monitorar e avaliar a concretização da meta.
- Para conquistar essas metas, as ECA's devem introduzir imediatamente reformas institucionais e medidas para a construção de competências que apoiem novas disposições setoriais e cancelem condições preferenciais para combustíveis fósseis e tecnologia nuclear de acordo com as atuais Disposições sobre Créditos para Exportações da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (em inglês, Organization for Economic and Cooperation Development – OECD).
- Paralelamente, as ECA's devem disponibilizar taxas de juros mais baixas e prazos mais longos para pagamento em comparação aos atualmente praticados pelas diretrizes que apoiam os novos renováveis e o uso eficiente de energia.

O maior número possível de países deve estar de acordo com esses novos compromissos na Declaração e não ser detido pelos países que não desejem participar. É claro que os países que prosseguirem tomando atitudes a respeito de energia renovável colherão os benefícios na forma de uma geração maior de empregos, novas oportunidades de exportação, menos poluição de água e ar e menos emissão de gases que causam o efeito estufa.

Controle e Acompanhamento

Para garantir que os compromissos sejam cumpridos e que novos progressos sejam feitos, a Conferência de Bonn deve também criar um sistema de informação e controle, assim como um processo sólido de acompanhamento. O processo de acompanhamento, a nível

internacional, precisa de uma estrutura multifacetada, tendo em vista os interesses de diversos grupos, e de um secretariado institucionalizado que, por enquanto, deve ser multilateral, mas existente fora do processo das Nações Unidas. Isto poderia ser semelhante ao processo de Ottawa, que resultou no tratado minas terrestres lançado por alguns governos e ONG's.

Além disso, o processo de acompanhamento deve incluir os seguintes elementos:

1. Relatórios de avaliação e progresso cujos critérios acordados estejam vinculados às metas principais da Conferência. Os governos devem se reportar aos parlamentos nacionais e à comunidade internacional. Os relatórios devem incluir o envolvimento dos interessados, além de também ser submetidos à sessão especial sobre energia da CSD 2006.
2. Uma conferência de acompanhamento em um país em desenvolvimento.
3. Responsabilidade institucional transparente de alto nível.

Os governos federais devem liderar na criação não só do processo de acompanhamento como também de um processo preparatório federal dirigido a um grupo de diferentes interessados. Construção de competência deve ser disponibilizada para ONG's interessadas em participar no processo.

Coalizão de Joanesburgo para Energia Renovável

Os países que participam da Coalizão de Joanesburgo para Energia Renovável (JREC, em inglês) devem expor suas metas nacionais durante a Conferência em Bonn, demonstrando sua liderança e cumprimento da promessa que fizeram ao final da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WSSD, em inglês). Anotamos esses países e estaremos trabalhando diligentemente para garantir que essas promessas sejam cumpridas. Além disso, deve ser criado um secretariado que:

- Seja transparente, confiável e representativo da totalidade dos países membros da Coalizão de Joanesburgo para Energia Renovável (JREC, em inglês);
- Seja provido internacionalmente com suficientes recursos financeiros;
- Se reporte à Coalizão de Joanesburgo para Energia Renovável;
- Reuna propostas para políticas, medidas e metas de/para os países membros;
- Coordene todo o processo, através do monitoramento dessas metas;
- Troque bastantes idéias com todos os diretamente interessados, tanto a nível nacional quanto internacional;
- Organize os aspectos intergovernamentais do processo de acompanhamento dos resultados após a Conferência de Bonn;
- Ajude a instalar novos, e a ampliar os já existentes, mecanismos de financiamento para as novas energias renováveis nos países membros da Coalizão de Joanesburgo para Energia Renovável.

A Coalizão de Joanesburgo para Energia Renovável deve também trabalhar na elaboração de uma reforma nos mecanismos de financiamento e transferência de tecnologia em prol das novas energias renováveis, tanto para quanto entre seus países membros. Particularmente, isto se traduz em:

- Remoção de barreiras de importação e criação de acesso comercial prioritário para novas tecnologias renováveis;
- Geração de novos recursos financeiros para as novas energias renováveis;
- Melhoria na atual política de transferência bilateral de recursos concernente às novas energias renováveis, como as agências de exportação de crédito;
- Criação e manutenção de indústrias de novas energias renováveis nos países membros da Coalizão de Joanesburgo para Energia Renovável;
- Criação de mecanismos que aprimorem a capacidade com vistas à capacitação tecnológica e a troca de informações entre os países membros da Coalizão de Joanesburgo para Energia Renovável.

Renováveis 2004: Precisamos de novos compromissos por parte de todos os participantes

A conferência “Renováveis 2004” está singularmente posicionada devido ao fato de que diversos participantes diferentes comparearão. Governos local e nacional, empresas, parlamentares, sindicatos trabalhistas, instituições financeiras internacionais, agências de exportação de crédito, organizações intergovernamentais e ONG’s ambientais e de desenvolvimento, academias locais, movimentos sociais, grupos indígenas e veículos de comunicação estarão presentes. Cada um desses grupos desempenha um papel específico no debate sobre energia e, portanto, pode firmar um compromisso sério para fazer da Conferência um sucesso. Acreditamos que cada um dos grupos acima mencionados tenha a oportunidade de firmar compromissos no sentido de aumentar sua participação em novas energias renováveis e isso deve ocorrer em Bonn. Na verdade, acreditamos que eles precisam firmar seus compromissos para que este encontro estabeleça a diferença.

Portanto, apelamos a todos os participantes que firmem novos compromissos no sentido de aumentarem a sua participação em energia renovável. Estes compromissos têm que satisfazer uma série de critérios que visam assegurar o controle de qualidade. O governo anfitrião deve elaborar um procedimento que defina os parâmetros para o controle de qualidade, assim como mecanismos que assegurem a implementação desses parâmetros. Alguns exemplos destes compromissos incluem:

- Aumento de novas energias renováveis
- Avaliação e impacto da igualdade de classes
- Intensificação do fortalecimento local
- Progresso visando alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milênio
- Avanço rumo a metas ambientais de longo prazo

Os **governos nacionais** determinam a estrutura regulamentar para a política e a prática de energia, desempenhando, portanto, um grande papel na assimilação e comercialização da energia renovável e seu desenvolvimento. O maior número possível de governos deve:

1. Fixar novas e ambiciosas metas para as novas energias renováveis;
2. Proclamar novas políticas e medidas para aumentar a participação das novas energias renováveis, tais como: leis, incentivos fiscais, normas ambiciosas de padronização para as energias renováveis, todas apropriadas às circunstâncias nacionais, após consulta prévia com os participantes locais;
3. Proclamar novas políticas para a remoção gradual de subsídios aos combustíveis fósseis e nucleares;
4. Proclamar novos planos de desenvolvimento para fornecer serviços de energia pura e de custo acessível àqueles que não os possuam;
5. Tornar as energias renováveis uma prioridade no desenvolvimento da cooperação bilateral e multilateral, principalmente por meio de projetos de micro-financiamento;
6. Estabelecer preços justos e transparentes, para acesso a redes de energia renovável - levando-se em conta as vantagens econômicas da geração embutida;
7. Tornar-se exemplos a serem seguidos através da priorização do uso eficiente de energia em suas próprias atividades e na utilização de combustíveis mais limpos que supram suas necessidades;
8. Garantir a demanda baseada no fornecimento de energia tomando-se por base a taxação participativa e as decisões;
9. Elaborar programas nacionais visando apoiar o uso eficiente da energia;
10. Adotar programas de assistência social para trabalhadores e comunidades que poderão ser afetados pela transição para uma energia mais limpa.
11. Promover a integração do conhecimento sobre as novas energias renováveis e o uso eficiente da energia em currículos educacionais nacionais e em treinamento vocacional.

Em muitos países, os **governos – municipal, estadual e federal** - podem aprovar suas próprias leis objetivando o aumento de sua participação em novas fontes renováveis de energia. Geralmente essas leis oferecem oportunidades de mercado para as empresas que operam no estado ou na cidade, além de um meio-ambiente mais limpo para a população local. O maior número possível de governos municipais e estaduais deve:

1. Proclamar metas, políticas e medidas que visem o aumento da participação nas novas energias renováveis, como normas ambiciosas de padronização de energias renováveis; incentivos fiscais, e rogar aos governos nacionais para fazerem o mesmo;
2. Proclamar a intenção de tirar proveito de sua posição, como proprietários e acionistas de serviços de consumo, para afastar gradualmente os combustíveis derivados de fósseis e de energia nuclear;
3. Certificar-se de que aquelas comunidades afetadas tomem parte dos processos de tomada de decisão e que seus direitos e interesses sejam respeitados;
4. Orientar, por meio de exemplos conquistados, nas intervenções do público verde.

As **empresas** desempenham um papel múltiplo na discussão sobre energia, dependendo do setor que cada uma representa. Quer se trate de um consumidor de eletricidade ou de um produtor, a empresa, em muitos casos, estabelece as políticas de energia ao redor do mundo. Consequentemente, todas as empresas participantes devem:

1. Comprometer-se em substituir a produção de energia baseada em carvão e petróleo por uma de energia renovável, caso seja um consumidor de energia;
2. Comprometer-se a comprar “eletricidade verde”, sempre que possível, caso seja um consumidor de energia;
3. Pressionar o governo a apoiar fortes políticas de energia renovável, incluindo uma estrutura regulamentar adequada e instrumentos econômicos;
4. Financiar serviços de energia pura e de baixo custo nos países em desenvolvimento;
5. Financiar programas que visem o aumento do uso eficiente da energia de fontes distintas.

Os **parlamentares** são extremamente importantes no desenvolvimento de leis nacionais com relação à energia e na influência em discussões nacionais e internacionais. Rogamos aos parlamentares que estiverem participando dos debates em Bonn que:

1. Aproveitem leis que aumentem a participação de energias renováveis;
2. Certifiquem-se de que seus governos federais proclamam novos compromissos para aumentar a cota de energia renovável;
3. Acabem gradativamente com os subsídios para os combustíveis fósseis e trabalhem na elaboração de uma reforma ecológica do sistema tributário;
4. Promovam a energia renovável entre seus companheiros parlamentares;
5. Promovam programas de utilização eficiente da energia.

Sindicatos – A energia renovável criará novos empregos para a classe operária em todo o mundo. Os sindicatos, portanto, devem se engajar nas discussões sobre energia a fim de garantirem mais empregos, a nível global, nas novas indústrias. Eles precisam:

1. Apoiar construtivamente o período de transição que nos levará a energias renováveis que gerarão mais empregos;
2. Apoiar os trabalhadores nos atuais setores de energia não sustentável a encontrarem empregos em setores de energia sustentável;
3. Elevar o nível de conscientização das oportunidades de energia renovável nos sindicatos mais afetados;
4. Trabalhar em união com o governo e com as empresas no sentido de criar programas de assistência social para os trabalhadores e comunidades que poderão ser afetadas pela transição para uma energia limpa.

As **Instituições Financeiras Internacionais e as Agências de Exportação de Crédito** oferecem recursos e garantias de crédito no mundo inteiro para a construção e instalação de novas usinas. Quer seja através de empréstimos diretos, garantias de crédito ou orientações sobre políticas, essas instituições desempenham um papel fundamental na determinação do futuro do mix de energia. Rogamos, portanto, tanto às instituições financeiras internacionais quanto às agências de exportação de crédito que se comprometam a:

1. Até 2008, os recursos aplicados pelas instituições financeiras internacionais nos combustíveis fósseis, nucleares e em hidroelétricas que não obedecem às recomendações da Comissão Mundial de Barragens (WCD, em inglês) devem cessar e ser substituídos por recursos aplicados às novas energias renováveis e também à utilização eficiente de energia;
2. No ano vindouro, agências de exportação de crédito deverão adotar uma meta que delimite que 20% de seus portfólios de energia sejam compostos das novas energias renováveis e de uso eficiente de energia.

Os **bancos comerciais** investem anualmente bilhões de dólares no setor de energia. Portanto, devem comprometer-se a:

1. Utilizar práticas de triagem e critérios que avaliem o "carbon footprint" de seus investimentos;
2. Realizar mudanças para investimentos em "carbônio" menos intensivos que dariam um maior apoio às novas energias renováveis e à utilização eficiente de energia;
3. Proporcionar treinamento sobre as novas energias renováveis aos seus funcionários e empréstimos para o uso eficiente de energia.

Além disso, os bancos que concordaram com os Princípios do Equador devem seguir as políticas de energia dos Bancos de Desenvolvimento Multilaterais (MDBs, em inglês) que se baseiam nos princípios acima descritos.

Organizações intergovernamentais, como a Serviços para o Meio-Ambiente Global (GEF, em inglês), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP, em inglês) e o Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (UNEP, em inglês) são importantes no direcionamento dos baixos fluxos atuais de recursos para os projetos envolvendo energia renovável em todo o mundo. Para fomentar ainda mais a compreensão a respeito das energias renováveis, essas organizações devem:

1. Priorizar países com metas renováveis de transferência de tecnologia;
2. Criar programas que aprimorem a capacidade com vistas à educação e à fabricação, como, por exemplo, a partir de experiências em países que já sejam líderes em energia renovável.

As **ONG's para o Desenvolvimento** trabalham a níveis local, nacional, regional e global para a melhoria das condições de vida dos mais necessitados e dos menos privilegiados. Essas ONG's podem vir a desempenhar um papel de fundamental relevância se trouxerem para o debate as prioridades no desenvolvimento e, para tanto, devem:

1. Comprometer-se a trabalhar em prol das novas energias renováveis;
2. Trabalhar para conduzir a tendência das novas energias renováveis para dentro de seus próprios projetos e agências de desenvolvimento, firmando, assim, o vínculo de carências dentro das áreas de saúde, ambiente e desenvolvimento;
3. Trabalhar na articulação entre mudanças climáticas, energia renovável, erradicação da pobreza e bem-estar sócio-econômico.

As **ONG's Ambientalistas** trabalham a níveis local, nacional, regional e global no sentido de reduzir a poluição em todas as suas formas e melhorar as condições de vida da natureza e do ser humano. Já ativas nos debates sobre energias renováveis, elas devem:

1. Comprometer-se a propiciar mais recursos para educar e motivar o público a respeito de questões relacionadas à energia renovável;
2. Comprometer-se a recrutar novas ONG's e aliados singulares para o debate sobre energia renovável;
3. Comprometer-se a encorajar ativamente os consumidores a adquirirem eletricidade verde;
4. Comprar eletricidade verde onde quer que já não o façam;
5. Realçar a Cooperação Norte-Sul entre as ONG's no que tange as energias renováveis;
6. Trabalhar na articulação entre mudanças climáticas, energia renovável, erradicação da pobreza e bem-estar sócio-econômico.

O **Setor Acadêmico** possui importantes recursos no campo da energia, e portanto deve:

1. Comprometer-se em pesquisas confiáveis, tanto do ponto de vista social como ambiental, no desenvolvimento e na demonstração da área das novas energias renováveis;
2. Realçar a transferência de tecnologia no que tange as novas energias renováveis tanto Norte-Sul como Sul-Sul;
3. Incluir as novas energias renováveis dentro dos muitos níveis educacionais, assim como propagar tais materiais;
4. Comprometer-se a incluir valores sociais e ambientais à educação e pesquisa por energias renováveis.

Os **Movimentos Sociais e os Grupos Indígenas** desempenham papel fundamental na sociedade. Na busca pela perpetuação da justiça social e ambiental, eles devem:

1. Auxiliar no aprimoramento de movimentos para uma transição legítima para as novas energias renováveis;
2. Exigir e adotar opções à rede elétrica e outras tecnologias das novas energias renováveis que sejam adequadas e que promovam a autoconfiança e auto-suficiência

A **Mídia** freqüentemente determina como a informação é retratada e distribuída. Portanto, deve:

1. Comprometer-se a incluir valores sociais e ambientais em suas reportagens;
2. Comprometer-se a transmitir para o estado, ou para os meios de comunicação responsáveis, uma descrição ponderada sobre assuntos relativos à energia, destacando os benefícios das novas energias renováveis e os danos ao ambiente e a saúde do ser humano;

3. Constituir uma rede com o intuito de assegurar cobertura adequada sobre a discussão em torno das novas energias renováveis, tanto como uma solução para as mudanças climáticas e como uma roda motriz para o desenvolvimento sustentável.

Conclusão:

A Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WSSD) não logrou êxito na tentativa de unificar o mundo no intuito de alcançar as metas de erradicação da pobreza, aumento da igualdade de classes e distribuição para todos de serviços de energia pura a um custo acessível, ou de impedir mudanças climáticas arriscadas. Esse fracasso resultou numa enorme decepção para bilhões de pessoas. A Conferência de Bonn oferece uma segunda oportunidade de proporcionar serviços de energia a essas pessoas carentes dos mesmos e de começar a colocar o mundo em um caminho que vise impedir mudanças climáticas drásticas. Esta oportunidade não pode ser desperdiçada.

Assinam esta Declaração as seguintes ONGs:

Vitae Civilis e outros participantes da reunião de Bad Honnef.

As ONGs que desejarem endossar a declaração podem entrar em contato com:

Gerald Knauf, e-mail : gerald@forumue.de

Lucia Ortiz, e-mail: energia@riosvivos.org.br.